

## **A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Rejany Andria Albuquerque Volsi (Estudante de Serviço Social) -  
rejanyvolsi@gmail.com

Maria Inez Barboza Marques (Orientadora)  
maria.marques@unespar.edu.br

Universidade Estadual do Paraná/Campus Paranavaí

**Resumo:** O presente texto aborda “A Atuação do (a) Assistente Social na Educação Infantil”, e tem como objetivo compreender a relevância da inserção do (a) profissional de Serviço Social na área da educação. Dessa forma a pesquisa busca problematizar a importância desse (a) profissional de Serviço Social na área da educação infantil, e a trajetória histórica da profissão.

A metodologia da pesquisa utilizada para compreender o objeto de estudo constitui-se na revisão bibliográfica. Esta pesquisa aponta para os desafios postos na categoria profissional do serviço social, principalmente pela sua intervenção propositiva (construtiva) cuja, a finalidade é alcançar mudanças significativas no contexto da realidade social dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Desafios, Serviço Social.

### **Introdução**

O texto trata-se de resultado parcial da proposta para o trabalho de conclusão de curso, em que apresenta a importância do Assistente Social no contexto educacional. O fato do tema deve-se ao campo de estágio, o qual foi desenvolvido no CEI – Centro de Educação Infantil, Casa da Criança de Paranavaí, onde foi possível a vivência e oportunidade de aproximação com a diretora, professores, funcionários, e com as famílias (pais dos alunos) no momento do atendimento. Por isso, há a compreensão da relevância do profissional na educação infantil, na mediação entre família x escola. Nesse sentido a pesquisa que será realizada em 2022, que culminará no trabalho de conclusão do Curso de Serviço Social na UNESPAR/Campus Paranavaí pretende encontrar resposta acerca da Educação Infantil e a atuação do Assistente Social, a partir da compreensão da política de educação em seu processo histórico bem como, o Serviço Social nesse contexto.

## **Materiais e métodos**

Para o texto em questão trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica.

## **Resultados e Discussão**

Para efetivação da pesquisa entendemos ser necessário ampliar os conhecimentos teóricos sobre a educação brasileira nos dias atuais, tendo como estrutura legal a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, (LDB).

Historicamente, a partir da Era Vargas, em 1930, é que começaram a surgir reformas educacionais importantes, como também debates e formulação de novas políticas públicas para a educação. A Educação Brasileira sofreu transformações ao longo de sua existência, por consequência dos tantos prejuízos ocasionados pelo regime militar. Inicia-se uma nova fase consolidada como seu marco a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

O atendimento destas instituições filantrópicas, denominadas “creches” na perspectiva apresentada, destinava-se para os filhos de pobres, os trabalhadores assalariados das indústrias, como direito da mulher em terem seus filhos aos cuidados da creche em nível assistencial, sem a preocupação de possibilitar uma educação de qualidade para os filhos e participar da vida cotidiana da criança e muito menos, acompanhar seu desenvolvimento intelectual nesta primeira etapa.

Destaca-se que na história do surgimento das creches no Brasil, sua preocupação centrava-se no ato de ajuda para as mulheres decorrente da exploração de mão de obra feminina e a jornada dupla de trabalho, já o surgimento das pré-escolas, tinham como objetivo preparar as crianças para o seu futuro papel de aluno, após a Constituição Federal de 88 e a LDB/96, as creches e pré-escolas tornaram-se um direito da criança e um dever do Estado.

A Educação mereceu destaque na Constituição Federal de 1988, pois, determina que o atendimento ao pré-escolar, é um direito das crianças de 0 a 6 anos e dever do Estado, como também estabelece as políticas de garantia de direitos, visando proteger os direitos humanos fundamentais, políticas que

garantem o direito à vida, às necessidades básicas, à liberdade de pensamento e de expressão, e à igualdade perante a lei.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma, a lei Maior de 1988 iniciou a elaboração e formulação da LDB 9394/96 ampliando e aprofundando conquistas em matéria educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi sancionada em 1996, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato, a qual regulariza o sistema de educação nacional brasileiro e a modifica, incluindo a educação infantil (creches e pré-escolas), momento considerado a primeira etapa da educação básica, assim estabelecendo as bases de um novo patamar na política de educação infantil e normas para o ensino básico, fundamental, médio e superior.

Assim a Educação Infantil é reconhecida na atual L.D.B. – Lei nº 9394/96, como primeira etapa da Educação Básica, tratada na seção II, do Capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos:

Art. 29 – A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementado a ação da família e da Comunidade.

Art. 30 – A Educação Infantil será oferecida em:

I - Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - Pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos e 11 meses de idade. (L.D.B – nº9394/96).

A Constituição Federal de 1988 e a LDB definiram que os Centros de Educação Infantil se caracterizam com uma atuação de horário integral e a pré-escola com funcionamento semelhante ao horário da educação básica, mudando a concepção das instituições de educação infantil em seu surgimento, caracterizadas por associações filantrópicas, vinculadas às áreas assistencialistas, conhecidas como creches.

Para a educação infantil, a decisão da LDB 9394/96, significou um momento importante, pois situou a mesma na educação básica, dando uma posição cronológica e um espaço na sociedade, expressando um novo conceito, enfatizando-a na formação indispensável para a pessoa exercer a cidadania e estabelecer seus valores, crenças, autonomia e bases.

As instituições que atendem crianças de 0 a 6 anos de idade, segundo a LDB, são compreendidas como Centro de Educação Infantil (CEI'S)

Soares (2003, p.202) explica que:

CEIS denominação dada a instituições de Educação Infantil em alguns sistemas de ensino. Os CEIS são as antigas creches. A LDB reconhece a Educação Infantil (0 a 6 anos) como um direito de todas as crianças e como a primeira etapa da educação básica; determina a integração de todas as creches e pré-escolas aos sistemas de ensino. (SOARES,2003, p.202).

No Brasil, atualmente, as crianças têm que frequentar a escola, no mínimo, nove anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade no ensino fundamental, conforme a lei nº 11.274, sancionada pelo Presidente da República em 2006, alterando os artigos 29, 30, 32, e 87 da lei nº 9.394 de dezembro de 1996, cujo objetivo visa possibilitar às crianças maior convívio escolar, para que a mesma tenha um aprendizado de qualidade.

Evidencia-se, assim que a Constituição Federal de 88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394), se constituíram em grandes avanços para a educação e para a sociedade, pois, procurou-se analisar a realidade do mundo, para implementar uma futura transformação social, através da educação, uma vez que esta é a base de todo o desenvolvimento intelectual e social de todo ser humano e, conseqüentemente, de uma sociedade e esta se inicia na fase infantil.

Desta forma, o Serviço Social na educação situa-se na área socioeducacional, em que neste campo são inúmeras as expressões da questão social no âmbito de intervenção profissional, e que o torna um espaço de importante atuação do/a Assistente Social. Nos anos de 1970-1980, o movimento de reconceituação profissional no espaço educacional na conjuntura de atuação do Serviço Social, passou a ter novos rumos. É a partir da década de 1990, em consonância com o Projeto Ético Político Profissional,

que se apresenta grandes demandas para a profissão, desde execução de um projeto, perpassando ao trabalho interdisciplinar educacional, até mesmo intervenção na comunidade escolar.

### **Considerações finais**

Através dessa pesquisa sobre A Atuação do (a) Assistente Social na Educação Infantil, espera-se possibilitar não apenas à categoria dos Assistentes Sociais, mas também à comunidade escolar, o entendimento e o conhecimento do papel deste profissional na Educação Infantil, a contribuição da sua inserção e atuação, visto que o Assistente Social exerce um papel relevante frente às famílias e as crianças através de suas intervenções.

Portanto, sua proposta interventiva relaciona-se às múltiplas expressões da questão social que extrapolam o cotidiano escolar e que demandam do profissional a construção de estratégias de trabalho articuladas com outros profissionais da educação infantil. Nessa direção compreende-se que, a atuação do Serviço Social no contexto da educação infantil trará contribuições para o seu público-alvo, crianças e suas famílias, pois esse (a) profissional atua em equipe multiprofissional e viabiliza direitos à população no âmbito de diferentes políticas públicas, incluindo a educação.

### **Referências**

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[www.planalto.com.br](http://www.planalto.com.br). Acesso: 15 de novembro 2019.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da educação**. Lei nº 9424, de dezembro de 1996. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso: 10 de novembro de 2019.

SOARES, S. **Fontes para a educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2003.